ção conforme for deliberado, pertence aos sócios ou não sócios, que forem designados em assembleia geral.

2 — Para que a sociedade fique validamente obrigada, em todo os seus actos e contratos são necessárias as assinaturas de dois gerentes.

3 — Ficam desde já nomeados gerentes os sócios Rui Gonçalves Freitas e Guo Jinfeng.

4 — Os gerentes poderão constituir mandatário nos termos da Lei.

5 — Os gerentes não poderão obrigar a sociedade em actos alheios aos negócios sociais, designadamente fianças, letras de favor, abonações, cauções, avales e declarações de dívida ou de responsabilidade.

5.º

A sociedade poderá participar no capital social de outras sociedades, mesmo com objecto diferente do seu e em sociedades reguladas por leis especiais ou em agrupamentos complementares de empresas.

6.º

1 — A cessão de quotas, total ou parcial, é livre entre os sócios, mas a cessão a estranhos carece do consentimento da sociedade, que goza de direito de preferência, em primeiro lugar e os sócios não cedentes, em segundo lugar.

2 — Caso mais do que um sócio deseje exercer direito de preferência, na falta de acordo, as cessões serão feitas na proporção das quotas de cada um dos preferentes já detenha na sociedade, observados que sejam os condicionalismos legais quanto ao valor das quotas.

3 — Na comunicação quanto à cessão de quotas e ao exercício do direito de preferência, com as devidas adaptações, observar-se-á o disposto nos artigos 414.º e seguintes, do Código Civil.

7.º

1 — A sociedade poderá amortizar qualquer quota nos seguintes casos:

- Por acordo com o respectivo titular;
- Quando a quota for objecto de penhora, arresto ou adjudicação em juízo, falência ou cessão gratuita não autorizada;
- Quando o sócio praticar actos que violem o pacto social ou as obrigações sociais;
- No caso de morte de sócio a quem não sucedam herdeiros legítimos;
- Quando, em partilha, a quota for adjudicada a quem não for sócio;
- Por interdição ou inabilitação de qualquer sócio;
- Por exoneração ou exclusão de um sócio;
- Quando a quota tiver sido cedida a terceiros sem o prévio consentimento da sociedade, tomado por maioria, em assembleia geral.

2 — Os sócios podem deliberar que a quota amortizada figure no balanço e que, posteriormente, sejam criadas uma ou várias quotas, destinadas a serem alienadas a um ou a alguns dos sócios ou terceiros.

3 — Salvo acordo em contrário, ou disposição legal imperativa, a contrapartida da amortização será o valor que resultar do último balanço aprovado.

4 — Se por falecimento de um sócio a respectiva quota não for amortizada no prazo de 90 dias, a contar da data do falecimento, os herdeiros deverão designar, de entre eles, um representante comum.

8.º

Sem prejuízo do disposto no artigo 54.º do C.S.C., as assembleias gerais serão convocadas por carta registada, dirigida aos sócios com a antecedência mínima de vinte dias.

9.º

Os sócios não podem sem consentimento dos restantes sócios exercer, por conta própria ou alheia, actividade concorrente com a da sociedade.

Está conforme o original.

4 de Novembro de 2003. — A Ajudante, *Graça Maria Cardoso Carreira*.
2005118052

BINÓMIO CS — EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS, L.^{DA}

Sede: Rua de Timor, 3, Casal dos Matos, freguesia de Pousos, concelho de Leiria

Conservatória do Registo Comercial de Leiria. Matrícula n.º 8798/030319; identificação de pessoa colectiva n.º P 506339513; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 31/030319.

Certifico que entre David Lopes e Sousa e mulher, Ana Paula Gaspar da Costa, casados na comunhão de adquiridos, ele natural de França e ela natural da freguesia de Vermoio, concelho de Pombal, residentes na Rua de Timor, 3, Casal dos Matos, Pousos, Leiria, números de identificação fiscal 189803967 e 191108723, foi constituída a sociedade unipessoal por quotas, em epígrafe, cujo contrato é o seguinte:

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a firma de Binómio CS — Empreendimentos Imobiliários, L.^{da}, e tem a sua sede na Rua de Timor, 3, Casal dos Matos, na freguesia de Pousos e concelho de Leiria.

§ único. A gerência poderá mudar a sede dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe, bem como abrir e encerrar filiais, sucursais ou outras formas de representação, no país ou no estrangeiro.

ARTIGO 2.º

O objecto da sociedade consiste na construção civil para venda, compra e venda de bens imobiliários e arrendamento dos mesmos.

ARTIGO 3.º

A sociedade poderá participar no capital de outras sociedades já constituídas ou a constituir.

ARTIGO 4.º

O capital social é no montante de dez mil euros, que se encontra realizado em 50 % e em dinheiro, por cada sócio, correspondendo a duas quotas iguais no valor nominal de cinco mil euros, pertencente cada uma a cada um dos sócios David Lopes e Sousa e Ana Paula Gaspar da Costa. Os restantes 50 % do capital social serão realizados pelos sócios no prazo de 12 meses a contar da presente escritura de constituição.

§ único. Os sócios, podem fazer à sociedade suprimentos, assim como poderão ser exigidas prestações suplementares de capital conforme seja deliberado em assembleia geral e até ao montante de trinta vezes o valor do capital social ora constituído.

ARTIGO 5.º

A gerência da sociedade, dispensada de caução e com ou sem remuneração, conforme for deliberado em assembleia geral, pertence aos sócios David Lopes e Sousa e Ana Paula Gaspar da Costa, e ainda aos gerentes eventualmente a nomear em assembleia geral, mesmo estranhos à sociedade, sendo necessário e suficiente a assinatura de um gerente para obrigar validamente a sociedade em todos os seus actos e contratos.

§ único. Poderá ser deliberado em assembleia geral a atribuição de gratificações ou outro tipo de remuneração não fixa à gerência, no final de cada exercício económico.

ARTIGO 6.º

Na cessão de quotas a estranhos, os sócios terão direito de preferência, não necessitando do consentimento da sociedade.

ARTIGO 7.º

Dissolvendo-se a sociedade serão liquidatários os sócios que procederão à liquidação e partilha dos haveres sociais, da forma deliberada em assembleia geral.

ARTIGO 8.º

A gerência fica, desde já, autorizada a levantar a totalidade do capital social depositado, a fim de custear as despesas de constituição e registo da sociedade, aquisição de equipamento e instalação da sede social, adquirir para esta quaisquer bens moveis, designadamente veículos automóveis, incluindo por contratos *leasing*, assim como de bens imóveis ou direitos, podendo recorrer a financiamentos por hipoteca, livrança ou outra forma de financiamento dos mesmos, antes do seu registo definitivo, assumindo a sociedade todos os actos praticados pela gerência, nesse período, logo que definitivamente matriculada.

Está conforme o original.

21 de Abril de 2003. — A Conservadora, *Dina César de Bastos*.
2001206429

NORONHA & SANTO, L.^{DA}

Sede: Rua do Malhão, 88, 1.º, Cortes, Leiria

Conservatória do Registo Comercial de Leiria. Matrícula n.º 6654/991013; identificação de pessoa colectiva n.º 504659278; averbamento n.º 1 à inscrição n.º 1 e inscrição n.º 4; números e data das apresentações: 1 e 2/040423.